
Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina

Capitalism and Patriarchy: articulations between International Relations and Marxist Feminist Theory in Latin America

Aline Recalcatti de Andrade¹ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65123]

Recebido em: 12/13/2022

Aprovado em: 02/22/2024

Resumo: Os elementos relacionais entre o campo das Relações Internacionais na América Latina com a teoria feminista marxista podem ser articulados pelos seguintes conceitos: patriarcado e capitalismo dependente latino-americano -, ambos os conceitos estão relacionados com a Teoria da Reprodução Social. Tal é a hipótese do presente artigo que se trata de uma pesquisa inicial, de caráter teórico, sobre o tema de analisar as Relações Internacionais na América Latina pelas lentes da teoria feminista marxista. Busca-se, por meio da pesquisa bibliográfica, desenvolver a questão apontando quais são as principais categorias desenvolvidas pelo feminismo marxista que permitem pensar a América Latina. Para alcançar esse objetivo, em primeiro lugar, se buscar sintetizar essa corrente de pensamento e articulando-a com as particularidades em relação ao patriarcado. Na segunda parte do trabalho, para articular diretamente Relações Internacionais e feminismo marxista na América Latina, ressalta-se a teoria marxista da dependência articulando com gênero, especificamente quanto a abordagens de segurança e economia política internacional, com exemplos de pesquisas científicas que permitem pensar as Relações Internacionais, através especificamente dessa corrente do marxismo.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente Latino-americano; Feminismo Marxista; Relações Internacionais; Reprodução Social; Teoria Unitária.

Abstract: The relational elements between the field of International Relations in Latin America and Marxist feminist theory can be articulated by the following concepts: patriarchy and Latin American dependent capitalism - both concepts are related to the Theory of Social Reproduction. This is the hypothesis of this article, which is initial research, of a theoretical nature, on the subject of analyzing International Relations in

¹Universidade Federal da Integração Latino-Americana– E-mail: alinerecalcatt@hotmail.com

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Latin America through the lenses of Marxist feminist theory. We seek, through bibliographical research, to develop the question by pointing out which are the main categories developed by Marxist feminism that allow us to think about Latin America. To achieve this objective, firstly, we seek to synthesize this current of thought and articulate it with the particularities in relation to patriarchy. In the second part of the work, to directly articulate International Relations and Marxist feminism in Latin America, the Marxist theory of dependency is highlighted in conjunction with gender, specifically regarding approaches to security and international political economy, with examples of scientific research that allow us to think about the International Relations, specifically through this current of Marxism.

Keywords: Latin American Dependent Capitalism; Marxist Feminism; International Relations; Social Reproduction; Unitary Theory.

1. Introdução

O feminismo marxista surge como ferramenta de análise teórica, dentro do âmbito das ciências sociais, principalmente a partir dos debates com o crescimento do movimento feminista nos anos 60-70, no contexto histórico dos países capitalistas centrais, principalmente a partir do ano de 1968 e o maior desenvolvimento de diversas correntes do feminismo como o ambientalismo, antirracismo, feminismo radical, entre outros. Posteriormente, com o fim da Guerra Fria, em um contexto de descrença do marxismo como teoria emancipatória, houve uma suposta separação entre feminismo e marxismo, divisão da luta no âmbito do gênero e luta do proletariado, mas que, na verdade, concerne a um falso dilema com repercussões teóricas e práticas, todavia atuais (Fraser, 2006; Bonnet, 2020). Entretanto, isso se trata de um contexto mais presente nas relações entre teoria e prática dos países centrais, enquanto que nos países de contexto periférico, ainda ocorriam diversas lutas, como as por independência na África e Ásia e antiimperialista na América Latina. Isso permitiu que a relação entre feminismo e lutas socialistas mantivesse relações, debates e práticas sociais. Muitas mulheres latino-americanas representaram essa relação entre luta feminista e lutas sociais, como Berta Cárceres, Domitila Barros, Bartolina Sisa, Isabel Larguía, Helena Greco, entre tantas outras.

A origem do feminismo marxista, precede tais momentos históricos: Engels (2019 [1884]), tece críticas à família social burguesa e à opressão da mulher dentro do capitalismo, na análise da realidade social da classe trabalhadora inglesa. Desta forma, já em fins do século XIX o companheiro de Karl Marx já apresentava elementos preliminares de crítica à opressão sobre a mulher trabalhadora em sua opressão e exploração de gênero e classe articulando particularidade e singularidade concreta com a universalidade abstrata pelo método do materialismo histórico. Posterior a Engels, autoras feministas marxistas atuais também recuperam os aportes de autoras revolucionárias como Alexandra Kollontai e Clara Zetkin (Alambert, 1986). Como aponta as críticas a partir do feminismo negro (Davis, 2016), entretanto, houveram muitas faltas no movimento marxista ao não centralizar a raça e a questão colonial fazendo com que atualmente o debate também se centraliza na exploração e opressão de raça, dentro de uma análise da totalidade social do capitalismo (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019). Mas, de certa forma, o feminismo marxista, geralmente, é uma teoria que analisa as relações sociais de gênero dentro do modo de produção capitalista, como uma teoria que acompanha o

movimento e desenvolvimento do pensamento marxista baseado no materialismo histórico, que tem seu pressuposto máximo a práxis².

O feminismo marxista permite aportar conceitos, reflexões e debates sobre gênero e Relações Internacionais. Entretanto, muitas vezes centrado no Norte Global, tais debates são interpretados como alheios à realidade social latino-americana. A questão central do presente trabalho é justamente argumentar que o feminismo marxista é uma ferramenta teórica válida para a América Latina, principalmente quando articulado com a teoria marxista da dependência. Para demonstrar tais premissas, neste artigo será feita uma divisão conceitual desde uma revisão bibliográfica que destaque: i) os principais conceitos e debates da teoria feminista marxista; e ii) o delineamento dos conceitos mais importantes para pensar as Relações Internacionais na América Latina. No primeiro ponto, traz-se o contexto histórico de desenvolvimento como corrente teórica. Sobre as fontes utilizadas, traz-se a bibliografia mais utilizadas de autoras do Norte Global, principalmente Arruzza (2015, 2019) e o aporte de autores latino-americanos para pensar a realidade social sobre a questão de gênero relacionado com a questão de raça na América Latina, como Larguía e Dumoulin (1976) e Sabino de Souza (2020), focando e articulando entre si os seguintes debates: reprodução social, relação entre capitalismo e patriarcado - pela análise da teoria unitária -, e imperialismo, trazendo os aportes sobre capitalismo dependente latino-americano. No segundo ponto, apresenta-se análises recentes de autoras latino-americanas que, a partir de tal teoria e guiadas por tais debates e suas conceitualizações, estudaram casos concretos dentro da Economia Política Feminista e da Segurança Internacional.

2. O feminismo marxista e suas principais categorias de análise para América Latina

2.1. Sobre o feminista marxista

A práxis significa, essencialmente, a apreensão do movimento pela teoria, a teoria guiando a ação ao mesmo tempo que, dialeticamente, o movimento guia a teoria, buscando a transformação das condições objetivas e subjetivas da realidade social

² Práxis aqui é adotada na concepção de Sánchez Vazquez (2007) como pressuposto ontológico, a concepção materialista da história de que os seres humanos fazem sua própria história em condições sociais determinadas, e como pressuposto epistemológico, como critério da verdade da atividade científica, ademais que não se trata somente de interpretar a realidade social, mas o conhecimento deve ser adequado para a transformação social como seu objetivo essencial.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

(Sánchez Vázquez, 2007). Esse é o principal ponto que permite relacionar marxismo e feminismo, trazendo suas categorias de análise, não como estóicas ou dogmáticas, mas como seguimento do movimento do real, como nas especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais latino-americanas.

Entretanto, como afirma Bonnet, existe uma narrativa que conduziu a uma autonomia do feminismo frente ao marxismo, que os coloca como se fossem opostos e irreconciliáveis, “segundo a qual os movimentos sociais classistas, desde o século XIX, teriam falhado em organizar as mulheres e em reconhecer suas demandas” (2020, p.23). Essa narrativa representa um campo de disputa política e uma luta pela memória coletiva do conhecimento e pensamento social. Dentro do contexto de avanço das lutas feministas nos 70 também é atingido o início de uma crise do marxismo, desenvolvida principalmente nos países centrais do capitalismo, que se aprofunda nos anos 80 e têm como auge os anos 90, com o fim da União Soviética. Enquanto que nos países do Sul Global, muitas lutas continuam, mas como explica Bonnet acima, no contexto de fim da Guerra Fria criou-se uma ideia, muito presente atualmente, que o marxismo e a luta comunista nunca abordaram o problema da opressão da mulher.

Nancy Fraser aponta que as chamadas lutas por reconhecimento seriam a uma nova “forma paradigmática de conflito político no final do século XX” (2006, p. 231). Essas lutas envolvem demandas relacionadas a uma identidade como gênero, raça, etnia, sexualidade, conflitos muitas vezes colocados como uma nova forma de desenvolver política, mobilização e participação, uma via alternativa até o socialismo, apontado como derrotado com o fim da União Soviética. Por isso, muitas vezes, essas lutas se distanciam de uma análise e uma relação com as classes, já não mais visto como meio de mobilização política, assim como de interpretação teórica, por seu “economicismo”. Se trata da formação de um novo imaginário político, se propondo como radicalidade e alternativo, compondo novos termos e espaços de atuação. Nesses novos termos, a luta se radica nos “padrões sociais de representação, interpretação e comunicação” (*id.*, p. 232).

A proposta de Fraser seria trazer para a crítica às lutas de reconhecimento, de maneira que essas sejam assumidas política e teoricamente, sob um prisma de relações e estruturação com a exploração do sistema econômico vigente. A reivindicação de Fraser, uma teórica é apontar à uma análise que não exclua as lutas sobre as especificidades sociais. O problema de certas leituras é só se situar nesse campo de representação,

cultural, comunicativo, - o campo que geralmente aponta ao descrédito do comunismo e da teoria marxista - aprofundando a distância com as lutas de classe.

Para contestar essa narrativa e historiografia, e renovar as pontes entre marxismo e feminismo, iniciando pelos fundadores do materialismo histórico, é Engels (2019 [1884]) quem traz os melhores aportes iniciais para o marxismo sobre a questão de gênero, assim como vice-versa: para a questão de gênero desde o marxismo. No livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, há uma análise da concretude da situação da mulher trabalhadora em sua condição de exploração e opressão de classe e gênero, especificamente no modo de produção capitalista. Já nesse livro Engels traz os elementos que seriam trabalhados posteriormente por Marx para desenvolver sua teoria do valor: a relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário que depende do aumento da exploração do trabalhador e trabalhadora através do aumento do trabalho excedente, modificando a taxa de mais-valia relativa, incidindo no salário em relação ao valor social das mercadorias para a reprodução social da classe trabalhadora. Diz Engels:

Numa família em que todos trabalham, cada um pode contentar-se com um pagamento proporcionalmente menor e a burguesia, com vistas na redução dos salários, aproveitou-se largamente da oportunidade, proporcionada pela mecanização, de empregar mulheres e crianças. [...] Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente numa rua e morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com tantos desempregados. É esse pouco, quase nada, que constitui o mínimo de salário. E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esse contingente deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto de seu trabalho. (2010 [1845], p. 119)

Esse último ponto, contingente excedente de trabalhadores, se relaciona com o conceito posterior de Marx de exército industrial de reserva. Tanto esse conceito quanto a reprodução da classe trabalhadora, que tem sua constituição modificada e readequada conforme o desenvolvimento do capitalismo pela inserção das mulheres no espaço de produção de capital, são indispensáveis para entender a superexploração do trabalho e o capitalismo dependente na América Latina, em sua incidência sobre a questão de gênero. Assim, está presente no livro de Engels as condições reais da classe trabalhadora, sua alimentação, moradia, saúde, educação, ou seja, os aspectos relacionados à redução do salário - elemento central da reprodução do capitalismo que determina e estrutura muitas

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

contradições no capitalismo dependente, se relacionando com a superexploração do trabalho -, que se estruturam com a ideia de reprodução da força de trabalho.

No primeiro capítulo do livro *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*, Larguía e Dumoulin (1976) abordam a importância das armas da crítica, ou seja, a apropriação e desenvolvimento de uma teoria científica pela classe trabalhadora que revele “los fundamentos de su explotación, desmitificando la sociedad burguesa” (1976, p. 9) com o objetivo de sua emancipação e fim de toda exploração, a partir da análise concreta. Para entender a relação entre marxismo e feminismo deve-se retomar a crítica de Marx ao idealismo, uma crítica que não pare na crítica da crítica:

A arma da crítica não pode é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominen*, e demonstra *ad hominen*, tão logo se torna radical. Radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (Marx, 2013 [1843], p. 157)

Assim, um feminismo que paira num idealismo, sem análise concreta da realidade concreta - nesse caso, uma crítica à sociedade como construção humana e seus problemas não naturalizados -, não possui o elemento mais central para o marxismo, a teoria transformada em força material que derrube o poder material: a práxis.

Sem embargo, como afirma Alambert (1986), é impossível buscar os atuais e avançados estudos sobre gênero na forma atual nas obras de Marx e Engels, somente elementos como o exemplificado, embrionários para pensar a questão. Os autores só tiveram como observar aspectos mais gerais da questão da mulher relacionada à uma questão social, captando situações concretas que estavam ocorrendo, abrindo espaço para as críticas posteriores sobre naturalização e essencialização do gênero. Partindo da análise das relações sociais, pode-se entender que o patriarcado é um sistema universal, mas “ele não pode ser entendido como um sistema não histórico” (Alambert, 1986, p.118), que esteja fora das relações de produção, não significando um primado econômico, sem se “contrapor à luta de classes” (*ibidem*, p.119), sendo que o “fundamental é descobrir no geral e em cada caso e situação concreta os vínculos dialéticos” (*idem*) entre patriarcado e capitalismo. Isso significa que essa contradição, as relações de gênero, que atravessa a história e as classes, devem ser compreendidas de acordo com as diferentes formações sociais. É isso que define a corrente do feminismo marxista. Como afirma Losurdo (2015), o marxismo como teoria geral do conflito social permite entender as diferenças

sociais em sua totalidade como processo histórico, levando em conta as multiplicidades no qual elas se expressam, como gênero e a contradição no âmbito internacional da exploração e opressão dos povos sobre outros pela nação, incluindo a estruturante e estruturado fator da raça, “lutas que põe em discussão a divisão do trabalho vigente em âmbito internacional, nacional e familiar” (2015, p. 64) como formas articuladas entre si. Em síntese, a concretude de elementos da realidade social foi captada de algumas formas por Marx e Engels, como essas análises iniciais sobre gênero contextualizado historicamente no capitalismo, trazendo e inserindo as contradições desse modo de produção para essa outra contradição, - e também sobre raça e opressão nacional pelos dois autores (Losurdo, 2015) - pelo fato de utilizarem o método do materialismo histórico³, e irem desenvolvendo suas reflexões a partir deste, como teoria social que parte da práxis.

Contribuições significativas que ocorreram posteriormente a Marx e Engels, como no período revolucionário bolchevique, demonstram esse desenvolvimento teórico e prático-político. As lutas pelas tentativas de mudanças estruturais sócio-econômicas garantiram avanços no desenvolvimento do pensamento sobre a questão da opressão da mulher dentro da linha socialista. Durante a Revolução de Outubro, leis foram adotadas em relação a igualdade de direitos entre homens e mulheres, como a busca da emancipação da mulher da economia doméstica pela criação de espaços sociais de reprodução como creches e refeitórios; incentivos à sua participação ativa no processo revolucionário, incluindo a luta armada e sem papéis considerados socialmente como “femininos”; o acesso à instrução e educação; os postos elevados nas tomadas de decisões como representantes; entre outras ações voltadas especificamente às mulheres (Armand, 1920).

Nessa época, autoras revolucionárias (Armand, 1920; Zetkin, (2022 [1920]), já escreviam sobre uma “tripla servidão” que ocorre dentro do espaço familiar, dentro do espaço de trabalho e da opressão das mulheres pelo Estado, através da negação de seus direitos políticos e sociais. Segundo Armand (1920), portanto, o capitalismo não acabou com a opressão da mulher - debate interno essencial á corrente marxista feminista, para

³ O exemplo utilizado da análise de Engels (2010 [1845]) todavia não se tratava de uma análise dentro do marco do materialismo histórico, sendo teoricamente e conceitualmente mais propriamente desenvolvido a partir de Marx (2008 [1859]). Mas os elementos de materialidade e concretude do estudo de Engels seriam justamente pontos adotados, incorporados e readequados por Marx.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Arruzza (2015), pois relaciona capitalismo e patriarcado -, mas instrumentalizou o patriarcado á seus interesses de manutenção e reprodução social, e trouxe as contradições capitalistas ao âmbito do gênero. Ademais, outra contribuição teórica de Armand foi associar o patriarcado como uma das bases estruturais para o capitalismo, em suas palavras: “Mientras exista el poder burgués, la obrera, la campesina, no podrá escapar de esa triple servidumbre, *que es la base sobre la que reposa el régimen capitalista y sin la que no puede existir*” (1920, grifo nosso).

É interessante também notar como as autoras da época relacionavam imperialismo, opressão das mulheres e luta socialista. Em um momento de eclosão de guerras interimperialistas, essas revolucionárias colocavam como necessário que a luta das mulheres fosse anti-imperialista. Clara Zetkin, famosa revolucionária alemã que trata a questão de gênero, advoga que as mulheres possuem um “papel histórico” (2022 [1915]), no qual o anti-imperialismo se relaciona com as lutas das mulheres, pois impede a unificação proletária internacional. Além disso, as contradições e problemas gerados pelo imperialismo afetam a vida das trabalhadoras pela sua opressão no papel dentro da reprodução social⁴, sendo que “as mulheres são as primeiras vítimas e as mais numerosas dessa crise” (2022 [1920]). O imperialismo como articulador das relações internacionais, reproduzindo e aumentando as contradições internas relacionadas à gênero, será essencial para entender as particularidades do capitalismo dependente latino-americano pela teoria marxista da dependência de Marini (2008 [1973]).

O desenvolvimento posterior da corrente chamada feminista marxismo, a partir dos anos 70 (Bonnet, 2020) é um resultado das contribuições dos autores e autoras citados. Tais autoras são estudadas dentro dessa corrente, pois mesmo que o feminismo marxista enquanto tal só tenha se desenvolvido posteriormente, suas contribuições se relacionam com a definição colocada por autoras da corrente atual, no qual postulam que o feminismo de linha marxista como perspectiva teórica significa, a partir de uma série de conceitos e do método do materialismo histórico, uma prática política, além de luta

⁴ “A enorme tensão e o contínuo aumento dos preços dos alimentos de primeiras necessidades e da moradia, dos meios de subsistência de milhares de mulheres, faz com que suas preocupações, suas privações, suas tristezas e dores na sua vida de operárias, trabalhadoras domésticas e mães, chegam a ser insuportáveis. A escassez de casas se converteu em uma praga terrível. O concreto estado de saúde das mulheres continua piorando cada vez mais, tanto por causa da desnutrição crônica que sofrem, quanto pelo cansaço do trabalho na fábrica e na economia doméstica. O número de mães que dão a luz a crianças saudáveis e fortes está diminuindo cada vez mais. A mortalidade infantil sobe de forma inquietante; males e doenças, conseqüências da desnutrição e das precárias condições de vida em geral, são o destino de centenas de milhares, inclusive de milhões de crianças proletárias, e o desespero de suas mães” (ZETKIN, 2022 [1920]).

contra o sistema total, mas também em oposição a outras perspectivas feministas que não adotam o fim do capitalismo e da sua classe dominante como base prática de seu desenvolvimento teórico em sua importância para emancipação concreta das mulheres e da luta contra o patriarcado (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019).

2.2. As particularidades da realidade social latino-americana e as categorias do feminismo marxista

No caso mais específico da América Latina e Caribe, a análise da opressão de gênero no espaço teórico não advém separado da construção do que é a América Latina e Caribe, o que constitui sua totalidade dentro do capitalismo e suas particularidades. Como afirma Osorio (2008), partir da totalidade, do materialismo histórico, significa entender que o todo da vida social é gerido pela produção e reprodução do mais-valor, a lógica do capital. O papel que América Latina e Caribe vai ocupar dentro da produção e reprodução à nível global, histórica e atualmente, coloca particularidades como espaço geral - mas também particularidades internas -, em sua relação com o Estado capitalista, organização social e política, com modos de produção anteriores e históricos, sua relação entre trabalho e natureza, as subjetividades e principalmente, as relações sociais que ocorrem. Essas relações sociais capitalistas têm a particularidade de estruturar formas de opressão e exploração que mantenham a lógica da totalidade. Através da *teoria unitária*⁵ (Arruzza, 2015; Vogel, 2013), entende-se que o capitalismo ao mesmo tempo que instrumentaliza outras opressões, estas também são necessárias para sua manutenção e que não se tratam de categorias abstratas para representar fenômenos, mas sim que possuem concretude na realidade social, por isso a importância do reconhecimento de raça como articuladora das relações sociais na América Latina. Para a teoria unitária a esfera do trabalho de reprodução social é condição necessária para o desenvolvimento e manutenção capitalista e base material da opressão de gênero (Vogel, 2013).

⁵ No presente trabalho foca-se nas relações de gênero patriarcais da opressão das mulheres na América Latina. Entretanto, a teoria unitária permite uma abrangência ao “estudo marxista sobre a sexualidade e diversidade, particularmente, estudos que examinaram as tensões de classe envolvidas na formação das identidades de gênero não normativas permeadas pelo processo sociocultural de mercantilização. Ligando a formação da identidade sexual a processos sociais maiores de acumulação de capital em espaços racializados e generificados, esses estudos interrogam a dialética de classe, sexualidade, raça e gênero de maneiras sutis e provocativas [...] Ao fazê-lo, realizam contribuições indispensáveis para o desenvolvimento de um robusto materialismo histórico do capitalismo tardio no qual a sexualidade e a opressão sexual são colocadas como características essenciais de qualquer teoria unitária viável da sociedade capitalista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 53).

Segundo Arruzza (2015), a teoria unitária se contrapõe às teorias que propõem uma separação entre capitalismo e patriarcado como “sistemas” ou indiferentes entre si, teorias que interpretam a classe somente em termos econômicos, como se o capitalismo não dependesse necessariamente e estruturalmente da opressão de gênero para produzir e se reproduzir. O patriarcado, nos termos da teoria unitária, não é entendido como um sistema ideológico independente, que, mesmo que seja anterior ao capitalismo, ele não é trans-histórico, pois “não apenas a opressão de gênero nem sempre existiu, como não existiu em várias sociedades sem classe, onde a opressão de gênero foi introduzida pelo colonialismo” (Arruzza, 2015, p.46).

As conexões entre opressão de gênero e opressão e exploração de raça estão historicamente construídas e articuladas, podendo ser reconfiguradas pelas diferentes fases do capitalismo, com as condições sociais capitalistas em suas relações de produção e lutas de classe. Um exemplo do caso latino-americano é a análise feita por Larguía e Dumoulin, sobre essa relação entre transformação das relações de gênero com as mudanças efetuadas e encontradas no capitalismo, que afirma que “con el desarrollo del intercambio mercantil y de la división de la sociedad en clases, todos los cambios económicos, políticos y culturales tuvieron su centro en la esfera pública, mientras en el hogar se consolidó la familia actual” (1976, p. 10), efetivando a força de trabalho como mercadoria através da reprodução social, alocando a mulher nessa esfera privada, em uma divisão social e política entre esfera pública e esfera privada. Tal divisão, mesmo com as transformações societárias que passaram a reivindicar a mudança das relações de gênero no espaço público, ampliando de certa forma a análise de Armand (1920) sobre tripla servidão, foi rearticulada pelo capitalismo, ainda ao manter as mulheres como principal sujeito da reprodução social, causando um chamado “trabalho invisível”, o trabalho doméstico, com uma exploração e opressão de jornada de trabalho maior.

Entendendo que uma das particularidades da América Latina é o capitalismo dependente, esse se estrutura dentro da totalidade capitalistas com essas relações sociais. Disso, pode-se entender que o imperialismo, entendido em sua especificidade com o capitalismo, afeta as relações de gênero, como já observado desde Zetkin (2022 [1920]). Como afirmam Gouvêa e Mastropaolo (2019), partir do marxismo para entender determinantes da vida social significa compreender a articulação interna da sociedade capitalista em suas determinações mais essenciais, por isso não há separação, mas sim uma articulação determinante de racismo, patriarcado e capitalismo. Desse modo, o

debate sobre a relação entre capitalismo e patriarcado, que tem fortes implicâncias para a América Latina, e suas especificidades da materialidade concreta, pela situação de capitalismo dependente dos países e sua relação com a raça e o racismo, estruturam formas de superexploração do trabalho articuladas por raça e gênero (Sabino de Souza, 2020; Gouvêa & Mastropaolo, 2019). O problema racial, com a expansão do capitalismo na América Latina, é simultaneamente um problema de classe, por isso abordar a classe em sua concretude material, nesse marco da totalidade, não significa apagar as diferenças e identidades imanentes à classe trabalhadora, incluindo as mulheres e a questão de gênero.

Explica Arruzza (2019) que raça e gênero são utilizados como instrumentos dentro da divisão do trabalho. De tal forma, busca-se “negar a separação analítica entre a formação da classe e as formas históricas de consciência, de organização social e objetividade” (Arruzza, 2019, p. 138). Isso implica pensar a especificidade dessa formação da classe no caso latino-americano articulada com o desenvolvimento da economia capitalista, no caso dependente em formas que se traduzem como a superexploração do trabalho (Marini, 2008 [1973]). A questão da espacialidade do capitalismo, colocada por Lênin (2021 [1916]) como característica essencial do fenômeno do imperialismo em uma divisão desigual global, se coloca na América Latina como estruturante de sua própria composição social. Sua inserção no sistema internacional como periferia ou Sul Global, dada as diferenças entre os países que a compõem, faz parte da atual fase imperialista com a transferência da mais-valia para as potências econômicas, sobre formas de dívida, extração de recursos, financeirização e aumento da exploração da força de trabalho.

Entretanto, muitas vezes o movimento feminista na América Latina não abordou essa leitura da questão de gênero no seu espaço social e histórico das contradições capitalistas. Saindo da historiografia feminista dominante de corrente liberal, no qual o feminismo seria um movimento constituído em ondas, sendo a primeira a luta pelo sufrágio feminino, enquanto que na verdade, dentro desse primeiro momento no final do século XIX e início do XX já haviam debates e contestações a esse feminismo que não abarcava os problemas das mulheres da classe trabalhadora, como apontado pelas críticas de Kollontai, Zetkin e Armand, e não tratava do racismo, como aponta Angela Davis (2016) em seu estudo. Portanto, o movimento feminista não se trata de algo homogêneo e que somente as mulheres de classes médias e altas participavam. No caso da América

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Latina e Caribe, a luta pelo sufrágio também é a parte contemplada da historiografia sobre feminismo, mas que ignora que havia um movimento de mulheres, como mulheres indígenas, mulheres da classe trabalhadora e mulheres comunistas, que também estavam presentes dentro de diversas frentes de lutas, amplificando com outras lutas a luta pelo sufrágio dentro dos marcos da democracia burguesa.

As lutas de classes - sob a ótica de Losurdo (2015) - se estruturam pela luta anticolonial, pela questão de gênero e da relação mais econômica entre capital e trabalho, se reproduzindo no plano internacional em uma divisão social do trabalho. Um dos exemplos do aporte de análise desde o feminismo marxista mais importante para pensar a América Latina se trata da mencionada questão da *reprodução social*. Tal conceito se relaciona com o trabalho necessário para reprodução social da vida (Larguía & Dumoulin, 1976), assim, lutas impulsionadas por mulheres, tanto sobre o âmbito doméstico - de sua dupla jornada de trabalho -, quanto lutas que abarcam os direitos aos bens comuns, contra as privatizações, expropriações e extrativismo, incorporam-se às lutas ecológicas na América Latina pensado a partir da questão de gênero. Dentro do conceito de reprodução social e seu debate no feminismo marxista, considerado como a maior contribuição conceitual dessa teoria para o pensamento e prática social (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019), está o debate sobre a relação entre capitalismo e patriarcado, presente nas autoras socialistas supracitadas, que tem fortes implicâncias para a América Latina, e suas especificidades da materialidade concreta, pela situação de capitalismo dependente dos países e sua relação com a raça e o racismo (Sabino de Souza, 2020; Gouvêa & Mastropaolo, 2019).

A identificação do trabalho doméstico com o gênero é uma construção social e histórica do processo de divisão social do trabalho, por isso que se pode afirmar que na América Latina, e também variando em cada formação social, ela pode ser também articulada pelo racismo. O debate acadêmico sobre o trabalho doméstico (Federici, 2019; Keargot, 2009; Mies, 2019); esteve presente desde as concepções feministas dos anos 60, e é no seu diálogo com o marxismo, no qual o feminismo marxista, geralmente, reivindica a teoria de reprodução social, que adquire força teórica e política. Primeiramente o tema se coloca como se trata de um trabalho invisível na sociedade capitalista (Larguía & Dumoulin, 1976), posteriormente o debate envolveu se o trabalho doméstico era um trabalho que produzia mais-valor ou somente valor de uso, amplificando a embrionária análise de Engels. Atualmente o debate foi retomado e reformulado por autoras feministas

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

marxistas (Ferguson & McNally, 2017) que colocam o trabalho doméstico como central ao processo de produção de mais-valor, mesmo que por si só não gere este, mas está inserido na produção de mercadorias ao garantir a produção e reprodução da força de trabalho, pois a força de trabalho é valor dentro da sociedade capitalista, e enquanto valor abstrato esse precisa de um trabalho humano concreto, respondendo a uma necessidade externa ao âmbito doméstico: à lógica de valorização do valor, o mais-valor.

O trabalho doméstico é centralizado para a perpetuação e manutenção tanto das relações patriarcais de gênero, quanto das relações sociais capitalistas. Entretanto, a teoria da reprodução social deve se colocar em termos concretos, seguindo a dialética marxista de concretude nas formações sociais, como o estudo das relações de gênero no capitalismo latino-americano. Segundo Ferguson e McNally, a “ideia de que a produção e reprodução da força de trabalho é, na verdade, um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas traz ação e, em última instância, história de volta ao cenário. Isso também traz corpos para a equação” (2017, p. 52).

Sabino de Souza, retomando a teorização de Marini (2008 [1973]) pensa na especificidade da acumulação capitalista no caso da América Latina, caracterizado não como uma falta de capitalismo ou um pré-capitalismo, mas sim como um capitalismo *sui generis*, o *capitalismo dependente*. Para repor a transferência de mais valor absorvida pelos capitalistas dos países centrais, uma estrutura organizada do capitalismo desde sua expansão pela colonização, nos países periféricos ocorre uma superexploração da força de trabalho através do aumento da intensidade do trabalho, ou do aumento da jornada de trabalho ou ainda do aumento dos preços dos bens-salário, com a baixa remuneração, ou seja, redução do salário, causando estes menos acessibilidade para suprir as necessidades dessa força de trabalho. Partindo então da Teoria do Valor, com esses mecanismos de rebaixamento do valor da força de trabalho são a causa dos principais problemas sociais da América Latina, como a precarização dos empregos, falta das necessidades mínimas como alimento, saúde e educação, etc. O que Sabino de Souza agrega à essas conclusões da teoria marxista da dependência, é que a superexploração também está caracterizada e organizada estruturalmente por uma divisão racial, sendo as pessoas negras e indígenas uma força de trabalho ainda mais desvalorizada e superexplorada, sendo isso uma “determinação social e histórica” (2020, p. 158).

A superexploração como conceito abstrato é assim “preenchido” pela concretude latino-americana, em sua configuração racial. Se tratam de elementos políticos,

sociológicos e econômicos - economia aqui apreendida na concepção de Marx, não economicista -, que explicam a realidade social latino-americana. Entretanto, outro determinante necessário para essa análise materialista histórica, como afirmam Gouvêa e Mastrapolo (2019), é a questão de gênero, pois o patriarcado também é estruturante e estruturado pelo capitalismo, como apontado pelas análises da teoria unitária. É nessa questão especialmente que o feminismo marxista aporta para teorizar a América Latina, nessa relação de concretude de categorias do plano abstrato. Dessa forma, a superexploração também está atravessada pelas relações de gênero, explicando o porquê das mulheres serem geralmente as primeiras afetadas pelas crises econômicas, pela sua alocação inferior na esfera produtiva, baixos salários, desvalorização como mão-de-obra, a particularidade da situação das trabalhadoras mulheres trans, entre outras inúmeras questões. Sem embargo, por isso se trata de uma análise marxista, esses fatores não são analisados em separado ou somente em pontos de intersecção, mas em sua totalidade estruturante, e é isso que permite uma análise de gênero das Relações Internacionais da América Latina e Caribe.

3. O Feminismo Marxista e as Relações Internacionais

Como afirma Smith (2020), é possível observar fenômenos como superexploração e imperialismo sem necessariamente um desenvolvimento teórico, analisando fatores como o aumento da desigualdade salarial nos países periféricos, a alocação da força de trabalho feminina em setores precarizados (exemplos das *maquillas*), a migração e sua relação com o aumento da violência patriarcal, sendo alguns exemplos de problemas sociais estudados por diversas correntes teóricas que buscam relacionar a questão de gênero e Relações Internacionais, mas sem o uso das categorias de superexploração e imperialismo. Tal ponto é justamente a questão que relaciona esses e muitos outros problemas observáveis na América Latina, que podem ser conceitualizados e interpretados dentro especificamente da corrente do feminismo marxista, pois tratam desses fenômenos visíveis como expressões de uma totalidade estruturada, que articula formas de exploração e opressão, pelo capitalismo. Ainda segundo Smith, esses fenômenos estão intrinsecamente relacionados com o neoliberalismo, compreendido como uma fase do imperialismo-capitalismo, no qual a exploração se aprofunda, causando tais problemas, sendo que “o imperialismo hoje se manifesta em um sistema global de racismo, opressão nacional, humilhação cultural, militarismo e violência

estatal” (2020, p. 35), ou seja, todas suas expressões articuladas sobre a lógica de acumulação e reprodução de um capitalismo global em crise.

Amparado pelas diferentes formas e justificativas de intervenção ideológicas, geopolíticas, econômicas, etc. o imperialismo reproduz dentro das sociedades latino-americanas contradições internas, como a relação da classe, raça e gênero, assim como tais contradições são articuladas às de nível internacional, e às próprias contradições internas do país capitalista central⁶. Isso se reflete no próprio movimento opositor organizado contra o patriarcado que coloca ênfase na “agressão neoliberal ao sistema de saúde, à educação, às pensões e à habitação” (Arruzza; Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 34) presente em muitos países da América Latina, pela concepção estendida de trabalho no qual abrange o trabalho doméstico não remunerado e a dupla jornada de trabalho pela reprodução social capitalista, se tratando de uma resposta geral dos movimentos e partidos latino-americanos, refletindo, assim, o próprio movimento internacional de agressão sobre a periferia e suas lutas.

Relacionando, assim, a teoria da reprodução social e a questão do trabalho doméstico analisados na seção anterior, é possível traçar uma relação entre essa superexploração articulada globalmente pelo imperialismo-capitalismo e a desigualdade na América Latina aos níveis de consumo de necessidades básicas, direito à saúde, direito à educação, com a divisão do patriarcado como forma de dividir a força de trabalho e articular essa superexploração dada também a especificidade latino-americana da questão da raça, historicamente relacionada ao capitalismo para manter a exploração. Tais questões são geralmente tratadas por uma chamada Economia Política Feminista, como os estudos de Veronica Gago e Luci Cavallero (2000) sobre a relação entre dívida externa dos países latino-americanos e feminismo, dívida que aprofunda explorações trabalhistas e o acesso aos bens de reprodução social.

Imperialismo e capitalismo são lidos como referentes de explicação e plano de análise das Relações Internacionais históricas e atuais, geralmente algo fora das

⁶ Por exemplo, René Zavaleta, sobre o imperialismo, afirma que a própria composição do que é Estados Unidos, de uma forma dialética, dependeu dessa dominação sobre a América Latina, que ele denomina de paradigma "vertical-autoritário" (2009, p. 303). Um exemplo seria o racismo interno nos Estados Unidos em sua articulação como país imperialista que articula e mantém o racismo na América Latina. Em um caso mais concreto, é a questão da migração, principalmente centro-americana em relação à alta taxa de encarceramento, assim como a questão das drogas, articuladas por relações de classe, raça e gênero, que aumentam as contradições internas do país e dialeticamente operam sobre as contradições externas e internas aos países latino-americanos.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

discussões do *mainstream* acadêmico de tal campo de estudos, principalmente em teorias realistas, liberais e das recentes teorizações influenciadas pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo. Apesar que como certamente afirma Tickner (1992), os estudos de gênero foram adotados e discutidos por outras disciplinas como filosofia, antropologia, sociologia, e tardiamente pelas Relações Internacionais, a predominância atual da análise de gênero e Relações Internacionais está longe de uma teorização crítica desde o feminismo marxista ou de mínimas relações com categorias marxistas. Por isso, além de trazer os principais debates da corrente do feminismo marxista se aborda as temáticas que mais perpassam a possibilidade de teorização das Relações Internacionais na América Latina: o imperialismo e capitalismo que configuram o sistema internacional e a especificidade do capitalismo dependente, em suas implicações concretas sobre as relações de gênero. Se trata de pensar na possibilidade de teorizar as Relações Internacionais da América Latina desde esse amplo campo teórico, mas também de trazer o plano internacional para essa teoria.

Através da teoria unitária (Arruzza, 2015), entende-se que o capitalismo ao mesmo tempo que instrumentaliza outras opressões, estas também são necessárias para sua manutenção e que, ademais, não se tratam de categorias abstratas para representar fenômenos, mas sim que possuem concretude na realidade social, por isso a importância do reconhecimento de raça como articuladora das relações sociais na América Latina. Isso significa refletir sobre a classe em suas múltiplas determinações e trazer concretude para as teorias e categorias, seguindo o método de que o “concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008 [1859], p. 258). Um exemplo de tal caso é o estudo de Duarte (2022), que analisa desde as lentes do marxismo e do feminismo como o imperialismo estadunidense, através de sua política de guerra às drogas, afeta a dimensão de gênero pelo tráfico nos países latino-americanos: acentuando a questão carcerária que é perpassada pela racialização dessa mulheres, estruturando e cumprindo uma função dentro da reprodução de capital no continente e das relações globais de produção - sendo o mercado de drogas uma fonte de renda dentro do contexto de crise global do capitalismo que articula, dentro da legalidade ou ilegalidade burguesa, uma divisão internacional da força de trabalho feminina.

A análise pelo materialismo histórico de Duarte, apontando açúcar e mercadoria dentro da categoria marxista de mercadoria, se relaciona com a história colonial da

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

América Latina - para além de uma análise restrita à questão das drogas nos 70, mas historicizada em relação ao capitalismo - e as atuais relações de gênero, ao afirmar que:

Açúcar e cocaína são como passado e presente, velho e novo, e a partir dessas mercadorias, podemos revisitar a história e compreender melhor o presente, visto que os piores cargos no mercado de drogas e na rota da cocaína são ocupados por homens e mulheres, em maioria negros/as, filhos/as da diáspora negra. (2022, p. 2)

Duarte, pensando as relações internacionais de produção e reprodução do capital, relaciona uma análise do tráfico internacional com as relações de gênero, e sua intensificação nos últimos anos pela mudança do regime de acumulação, o neoliberalismo. O mercado das drogas é, segundo a autora, uma das principais fontes de renda para as mulheres latino-americanas. Isso pode ser relacionado com a questão trazida por Marini sobre superexploração da força de trabalho, já que, ao não ter acesso ao mínimo para suas necessidades humanas, essas pessoas, nesse caso mulheres de maioria racializada, se inserem neste espaço fora do sistema formal de trabalho como uma das formas possíveis para sua sobrevivência, pois é preciso “entender que essas mulheres correspondem a uma massa de desempregadas informais, com baixa escolarização, jovens e não jovens, rejeitadas pelo capital, do ponto de vista das relações de trabalho asseguradas” (Duarte, 2022, p. 9-10). Além disso, diante do aspecto jurídico, estruturado pela propriedade privada, gera um severo sistema de penas na América Latina, piorando a situação social dessas mulheres com a criminalização das drogas, política fortemente determinada pelos Estados Unidos como uma de suas formas de influência e dominação na América Latina (Boron, 2014). A análise de Duarte é um claro exemplo de caso sobre as relações de gênero dentro das Relações Internacionais na América Latina, que articula a totalidade das determinações pela teoria marxista e feminista.

Outro caso de análise, não necessariamente marxista, mas que apresenta os elementos centrais aqui tratados - a reprodução social, a unidade entre capitalismo e patriarcado e sua articulação pelo imperialismo, e a especificidade capitalista dependente da América Latina -, é sobre a influência da dívida externa sobre as relações de gênero. Como aponta Lênin (2021 [1916]), a financeirização e aumento do capital fictício são algumas das principais características da fase atual do imperialismo. Pensando na dívida dos países latino-americanos como instrumento de dominação por parte do capitalismo-imperialismo, Gago e Cavallero (2000) apontam como o endividamento, colocando mais ênfase nas dívidas privadas, não afeta da mesma forma toda a população, mas que possui,

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

na verdade, distintos desdobramentos de gênero, pois consideram a estrutura do patriarcado. Concretizando essa teoria Gago e Cavallero afirmam que a dívida - em suas diversas formas, como por sistema bancário, aquisição de bens e serviços - serve como mecanismo de criação de maior dependência das trabalhadoras rurais, permitindo recrutar para a ilegalidade aquela força de trabalho com seu valor reduzido, e obriga a manutenção de vínculos de violência machista, pois bloqueia a autonomia econômica de mulheres cis e trans. As autoras resumem:

la deuda explota una disponibilidad de trabajo a futuro; constriñe a aceptar cualquier tipo de trabajo frente a la obligación preexistente de la deuda. La deuda flexibiliza compulsivamente las condiciones de trabajo que deben aceptarse, y en ese sentido es un dispositivo eficaz de explotación. La deuda, entonces, organiza una economía de la obediencia que es, ni más ni menos, que una economía específica de la violencia. (2000, p. 18)

No caso mesmo das mulheres parte da força de trabalho assalariada, seus salários se transformam em dispositivo para o endividamento como forma de reprodução do consumo, aumentando e garantindo essa precarização, ou a superexploração, afetando as mulheres pela questão da reprodução social: seu papel designado e mantido pelo capitalismo na economia doméstica e dentro dos empregos “feminizados”. Aqueles serviços que deveriam estar a cargo do Estado, saúde e educação, se tornam, aprofundados pelo neoliberalismo, como formas de gestão dessas dívidas e, como apontado, afeta particularmente as relações de gênero e raça. As Relações Internacionais e o feminismo marxista se colocam aqui ao entender não somente as consequências da dívida, mas seu entendimento como mecanismo do sistema capitalista em sua lógica de produção de valor - principalmente no aspecto da produção de capital variável, trabalho vivo, para a realização do mais-valor das periferias absorvido pelo capitalismo central -, amortecendo as crises estruturais do sistema capitalista e como “modo particular de producir la ‘obligación’ necesaria para que la mercancía se realice” (Gago & Cavallero, 2000, p. 43), afetando particularmente os países latino-americanos, e concretamente reproduzindo o patriarcado, pela questão da reprodução social. Interpreta-se a dívida em uma leitura feminista como forma de manter a superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo, como um mecanismo a mais da dialética da dependência latino-americana. A dívida abrange o espaço estatal na América Latina⁷, intensificando medidas neoliberais,

⁷ Para Boron (2014), a América Latina é um espaço social central e específico para o imperialismo estadunidense.

como a austeridade, como forma de imposição desse modelo de capitalismo pelo imperialismo, no qual pressiona as contradições da reprodução social dialeticamente reorganizada com o espaço de produção, intensificando as contradições de gênero.

4. Conclusões preliminares

Como apontado nos estudos dos casos sobre a guerra às drogas e a questão da dívida, dentro de áreas como Segurança Internacional e Economia Política Internacional, a questão de gênero na América Latina pode ser compreendidas e interpretadas por análises como a teoria unitária - relação entre capitalismo, patriarcado articulado, pela especificidade latino-americana com o racismo - e pela categoria da reprodução social relaciona às particularidades do capitalismo dependente latino-americano. Dentro disso, para o marxismo latino-americano é impossível entender a situação, os conflitos e as lutas no continente sem entender o papel do imperialismo. Como destaca Arruzza (2019), dispensar o estudo do imperialismo têm fortes implicações ao entendimento do patriarcado, sendo que a própria questão de gênero, por exemplo, é utilizada no plano discursivo dentro das razões de intervencionismo imperialista, como a suposta defesa dos direitos mulheres para intervenções de tipo econômicos, como bloqueios e sanções, e até ocupações militares, instrumentalizando problemas concretos para uma função ideológica de atuação contra governos e países, principalmente pelos Estados Unidos, dada sua particularidade de relações históricas com a América Latina (Boron, 2014). Tais análises e categorias articuladas apontam as possibilidades que o feminismo marxista, em sua análise de totalidade e relação com o universal, permite contribuir para pensar as Relações Internacionais da América Latina, em suas particularidades e singularidades em sua análise da realidade concreta, e seu desenvolvimento como campo de estudo.

Referências

- Alambert, Z. (1986). *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- Armand, I. (1920) *La obrera en la Rusia soviética*. Recuperado de: <http://grupgerminal.org/?q=node/939>.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, (23), 33-58.
- Arruzza, C. (2019). *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial.
- Arruzza, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Bonnet, A. (2020). O feminismo marxista tem história? Breve estudo do caso francês. In D. Martuscelli (Ed.), *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 23-36). Chapecó: Coleção marxismo21.
- Boron, A. (2014). *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Duarte, J. F. (2022). O novo açúcar: a rota da cocaína na perspectiva de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 30(1), 1-13.
- Engels, F. 2010 [1845]. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. 2019 [1998] *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*. São Paulo: Boitempo.
- Federici, F. 2019. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação*. São Paulo: Editora Elefante.
- Ferguson, S.; McNally, D. (2017). Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Outubro*, (29), 23-59.
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 15 (14-15), 231-239.
- Gago, V.; Cavallero, L. (2000). *Una lectura feminista de la deuda*. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo.
- Gouvêa, M. M.; Mastropaolo, M. J. (2019). *Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórica dialética*. Ponencia presentada en Niep Marx, Vitória.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Keargot, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Hirata *et al* (Org.), *Dicionário Crítico do Feminismo*, (pp. 67-75). São Paulo: Editora Unesp.

Larguía, I.; Dumoulin, J. (1976). *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Caracas: Editorial Anagrama.

Lênin, V.I. (2021 [1916]). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Losurdo, D. (2015). *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo.

Marini, R. M. (2008 [1973]) Dialéctica de la dependencia. In R. M. Marini, *América Latina, dependencia y globalización* (pp. 107-164). Bogotá: CLACSO.

Marx, K. (2008 [1859]), *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (2013 [1843]). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo.

Mies, M. (2019). *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficante de Sueños.

Osorio J. (2008) Elementos para una construcción teórica sobre América Latina. *Argumentos*, 69(25), 161-175.

Sabino de Souza, C. (2020). *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. São Paulo: Huicitec.

Sánchez Vázquez, A. (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso.

Smith, J. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In E. López (Ed.), *As veias do sul continuam abertas: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo* (pp. 33-74). São Paulo: Expressão Popular.

Tickner, J. A. (1992). *Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security*. Nova York: Columbia University Press.

Vogel, L. (2014). *Marxism and the oppression of woman*. Chicago: Haymarket Books.

Zavaleta, R. (2009). *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre.

Zetkin, C. (2022 [1915]). *Resolução da Conferência Extraordinária da Internacional de Mulheres Socialistas*. Recuperado de: <https://lavrapalavra.com/2022/09/20/resolucao-da-conferencia-extraordinaria-da-internacional-de-mulheres-socialistas/>.

Andrade. *Capitalismo e patriarcado: articulações entre Relações Internacionais e Teoria Feminista Marxista na América Latina*

Zetkin, C. (2022 [1920]). *Diretrizes para o movimento comunista feminino*. Recuperado de: <https://lavrpalavra.com/2022/09/01/diretrizes-para-o-movimento-comunista-feminino/>